

original
out 4 1994

14º

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ata da Décima Quarta Assembléia Ordinária realizada

nos dias 10 e 11 de maio de 1994.

As catorze horas e quinze minutos do dia dez de maio de mil novecentos e noventa e quatro, na sala de Reuniões dos Conselhos, sala 210, 2º andar, do Anexo II, do Ministério da Justiça, Esplanada dos Ministérios, iniciou-se a Décima Quarta Assembléia do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, sob a Presidência do Conselheiro Cláudio Saraiva e Secretariada pela Senhora Maria Irineide da Costa e Silva Nunes. Presentes os seguintes Conselheiros: Roberto de Mello Ramos, Marília Sardenberg, Margarida Munguba Cardoso, José Roberto da Costa, Tânia Marotta, Eni Barbosa, Ivana Siqueira, Pedro Demo, Nelson de Moraes, Cynthia Prudente, Isaias Bezerra, Mario Volpi, Melba Meireles Martins, Deodato Rivera, Raimundo Mesquita, Serguem Jessui, Flávio Arns, José Donisete Oliveira, Valdete de Barros Martins, Maria do Carmo Brant Carvalho e Augustino Viet. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros: Benedito Rodrigues dos Santos, Irandi Pereira, Sigmar Reichel, Ednilton Gomes de Soares, Ricardo Akel e Leandro Rossa. Inicialmente, o Conselheiro Cláudio Saraiva, em nome da Comissão de Estruturação e Funcionamento, comunica ao Plenário a impossibilidade do comparecimento dos Srs. Presidente e Vice-Presidente e que a Comissão deliberou suscitar o exame da questão ao Plenário, por força do disposto no art. 23 do Regimento Interno, sugerindo a designação um Conselheiro para presidir a Assembléia. O Plenário, por unanimidade, decidiu indicar o Conselheiro Cláudio Saraiva. A seguir, o Senhor Presidente "ad hoc" apresenta ao Plenário a Pauta da Assembléia. I - Abertura da Sessão. - Posse do novo Presidente do CONANDA. - Leitura, discussão e aprovação das Atas das XII e XIII Assembléias. - Leitura, discussão e aprovação da Pauta do Dia. II - Apresentação da proposta de estruturação da Secretaria Executiva, pelo Ministério da Justiça. III - Matérias originárias das Comissões Temáticas: A - Da Comissão de Estruturação e Funcionamento: Apresentação de parecer sobre alteração do Regimento Interno. B - Da Comissão de Políticas Públicas: Apresentação de parecer sobre o Plano Emergencial de Atendimento à Criança e ao Adolescente, apresentado pela CPI da Exploração e Prostituição Infanto-Juvenil. C - Da Comissão de Articulação com Conselhos Estaduais e Municipais: Apresentação da proposta de trabalho da Comissão. D - Da Comissão de Finanças Públicas: Proposta para atuação do CONANDA no sentido da exclusão dos Fundos da Criança e do Adolescente, do teto estabelecido pela Lei 8.849, ao

enjo da tramitação da Medida Provisória relativa ao assunto. IV - Exposição sobre o Quadro Orçamentário para a área da criança e do adolescente no exercício de 1994 e as perspectivas da Proposta Orçamentária para 1995. - Dra. Maria do Carmo Pompeu S. Marrara - SOF/SEPLAN V - Exposição sobre a atuação da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - VI - Exposição sobre o Pacto pela Infância - Avaliação e perspectivas para os 300 dias. - Debate. VII - Assuntos Gerais. VIII - Encerramento. O Senhor Presidente ad hoc, coloca em discussão as Atas das Décima Segunda e Décima Terceira Assembleias Ordinárias, informando que existem propostas de complementação encaminhadas pela Conselheira Tânia Marotta, e pelo Conselheiro Deodato Rivera, relativamente à Ata da Décima Segunda Assembleia, que serão apreciadas ao final dos trabalhos. Foi discutida e aprovada a Pauta da Assembleia sem alterações. O Senhor Presidente "ad hoc" a seguir concede a palavra ao Conselheiro Pedro Demo, para apresentar a proposta de estruturação da Secretaria Executiva do CONANDA elaborada pelo Ministério da Justiça. Após os debates, o Plenário, deliberou que a Comissão de Estruturação e Funcionamento acompanhe todo o processo de implementação da proposta. O Senhor Presidente ad hoc concede a palavra a Conselheira Melba Meireles, na condição de Relatora da Comissão de Estruturação e Funcionamento, para apresentar proposta de adequação do Regimento, em cumprimento a deliberação anterior, objetivando a criação do cargo de Secretário-Geral, mantendo-se o Secretário Executivo. No curso dos debates, o Conselheiro Roberto Ramos encaminhou proposta no sentido de que a Secretaria Executiva fosse transformada em Secretaria, chefiada por um Secretário-Geral, com atribuições políticas e de articulação, de coordenação dos trabalhos administrativos e operacionais da Secretaria. O Plenário, por maioria, aprovou a proposta apresentada pelo Conselheiro Roberto Ramos, decidindo que a Comissão de Estruturação e Funcionamento, deverá propor as adequações ao Regimento e apresentá-las ao Plenário na próxima Assembleia. O Senhor Presidente "ad hoc" convida a Doutora Maria do Carmo Pompeu Sidrim Marrara, da Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento da Presidência da República para fazer explanação sobre o Quadro Orçamentário para a área da criança e do adolescentes no exercício de 1994 e as perspectivas da proposta orçamentária para 1995, convidando também para tomar assento à mesa o Dr. Jangmar Barreto de Almeida, Assessor da SOF. Após os manifestações do Conselheiros, ficou acordado que a SOF elaboraria um programa que demonstrasse os recursos orçamentários destinados à criança e o adolescente, por ação e por órgãos, necessitando que o CONANDA indicasse os elementos de seu interesse. O Conselheiro José Donisete Oliveira, passa a examinar os aspectos referentes à Medida Provisória 492, que resultasse na supressão da Lei 8242 do texto da referida Medida. O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta. A seguir, o Senhor Presidente "ad hoc" convida para compor a Mesa, o Professor Alcino Machado Pinheiro, Coordenador Adjunto da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, a Professora Valdete de Assis Pinheiro, Secretária Executiva da Comissão, bem como o Doutor Paulo de Almeida, que fazem circunstanciado relato das atividades da Comissão. A Conselheira Melba Meireles, propõe que a Comissão de Políticas Públicas, diante do diagnóstico apresentado, elabore diretrizes sobre as medidas sócio-educativas. A Conselheira Margarida Munguba solicita uma ação mais

forte, relativamente às instituições que se valem do trabalho de crianças e adolescentes na condição de exploração destas denominadas "guardinhas". Os representantes da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal concordaram que o maior problema é o relativo à atividade sócio-educativa, notadamente sobre a situação atual do CAJE. O Conselheiro Augustino Viet apresenta proposta formulada pelo Conselheiro Mário Volpi, comunicando que haverá uma reunião, sobre o CAJE, integrada pelo CBIA, o Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira, um representante do Fórum, propondo a designação de um membro do CONANDA, para participar do Evento. O Senhor Presidente "ad hoc" entende que a matéria deva ser encaminhada à Comissão de Políticas Públicas, para que designe um dos seus membros para participar da reunião na data aprazada. O Senhor Presidente "ad hoc" agradeceu as presenças dos convidados. Em seguida, convida para integrar a Mesa os representantes do UNICEF, a Senhora Iara Marques e o Senhor Udo Bock, Oficial de Comunicação, que fazem exposição sobre o Pacto pela Infância, avaliação dos trabalhos e as perspectivas para os 300 dias. O Senhor Presidente "ad hoc" registra o pleito para que haja maior aproximação com os Conselhos de Direitos, principalmente os Conselhos Estaduais, para maior interação com os trabalhos desenvolvidos pelo Pacto, agradecendo a presença dos convidados. A seguir, é apreciado o parecer da Comissão de Políticas Públicas sobre o Plano de Emergência de Atendimento à Criança e ao Adolescente, apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração e Prostituição Infanto-Juvenil, que é aprovado pelo Conselho com a incorporação sugerida pela Conselheira Marília Sardenberg no sentido de que a articulação, e a coordenação das ações nesta área são da competência do CONANDA. A Conselheira Melba Meireles, Relatora da Comissão de Articulação apresenta de proposta de trabalho da mesma, distribuindo cópia do documento aos Conselheiros, para análise e deliberação na próxima Assembléia. Relativamente a divulgação das Assembléias do CONANDA, o Conselheiro Augustino Viet propõe que seja mantida uma transcrição taquigráfica de toda reunião e elaboração de uma Súmula e um extrato da Ata, para fins de publicação no "Diário Oficial". O Conselho, acolheu a proposição e aprovou a Ata da XIII Assembléia Ordinária do CONANDA, sem alteração. Quanto a ata da XII Assembléia sua apreciação ficou para a próxima reunião, ficando o Conselheiro Deodato Rivera de sintetizar a própria contribuição e incorporar a sugestão da Conselheira Tânia Marotta. A seguir, o Senhor Presidente "ad hoc" abre a palavra para apresentação de assuntos gerais. A Conselheira Margarida Munguba comunicou a realização de Encontro em Mato Grosso Sul sobre trabalho escravo, estranhando a não participação do CONANDA e na oportunidade comunicou sobre a constatação de trabalho escravo nas pedreiras de Pirinópolis, solicitando encaminhamento de providências ao Conselho Estadual de Goiás. A Conselheira Melba Meireles comunica haver recebido do Centro "D. Helder Câmara", em Pernambuco, expediente sobre ocorrência havida no lixão de Olinda, e solicita que a matéria seja incluída como ponto da próxima Pauta, bem como a escolha do representante do CONANDA, para integrar o Grupo de Trabalho responsável pela preparação do relatório nacional a ser apresentado às Nações Unidas sobre os Direitos da Criança no Brasil, constituído pelo Decreto de 26/04/94. O Conselheiro José Donisete Oliveira propõe que a Comissão de Políticas Públicas designe o representante do CONANDA, caso haja necessidade de definir o

nome, antes da próxima Assembléia. O Senhor Presidente "ad hoc", devido a falta de "quorum", acolhe a proposta como indicativo. O Conselheiro Augustino Viet comunica que no concernente ao caso de Altamira o Promotor entrou com alegações finais pedindo a impronúncia de todos os acusados, menos de uma mulher, que está foragida. A assistência da acusação apresentou, também, alegações finais, havendo o Juiz aceito a pronúncia de todos acusados, desaforando o processo para a Comarca de Belém do Pará. O Senhor Presidente "ad hoc" informa que Grupo de Trabalho, designado pelo CONANDA, para acompanhar o Inquérito Civil Público ao Rio de Janeiro, solicitou ao Ministério Público Estadual informações sobre o desenvolvimento das diversas recomendações, inclusive quanto ao avanço do inquérito em relação à criação dos plantões interinstitucionais, consoante proposta aprovada em Plenário, havendo sido remetida ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro correspondência solicitando informações atualizadas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente "ad hoc", às treze horas e quarenta minutos, encerra a sessão, e, para constar, eu, Maria Irineide da Costa e Silva Nunes, na qualidade de Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, serão assinada por mim e pelo Presidente da Assembléia, Conselheiro Cláudio Tourinho Saraiva.

Cláudio Tourinho Saraiva
Presidente da Assembléia

Maria Irineide da Costa e Silva Nunes
Maria Irineide da Costa e Silva Nunes
Secretária-Executiva do CONANDA